

Mapeamento das produções pertinentes às experiências de docentes travestis e transexuais

Production Mapping related to the experiences of transvestite and transgender teachers

Emilson Braga Santana
Aline Terezinha Walczak
Fabiane Ferreira da Silva
Universidade Federal do Pampa – Unipampa
Uruguaiana – Brasil

Resumo

O artigo é uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, realizada no Portal de periódicos da Capes, na Plataforma Scielo e no Google Acadêmico, com o objetivo de investigar e problematizar a produção científica acerca das experiências de docentes travestis e transexuais inseridos nos espaços educacionais no Brasil nos últimos dez anos. Identificamos como resultado das buscas, um número de seis artigos, que foram analisados a partir das seguintes categorias: antecedentes de violências sofridas e dificuldades para ingressar no mercado de trabalho; dificuldades na atuação docente e avanços que foram observados. Consideramos que a baixa produção de trabalhos dificulta a visibilização das experiências de pessoas trans, dificultando também a construção de políticas públicas que permitem o acesso e a garantia de direitos desses grupos em diferentes espaços sociais.

Palavras-chave: Transgêneros; Professoras; Vivências.

Abstract:

The article is an exploratory bibliographic research, carried out at the Capes Journals' Site, Scielo Platform and Google Academic, with the objective of investigating and problematizing the scientific production about the experiences of transvestite and transsexual teachers inserted in educational settings in Brazil in the last ten years. We identified as a result of the searches, a number of six articles, which were analyzed from the following categories: history of violence suffered and difficulties to enter the job market; difficulties in teaching and progresses that were observed. We consider that the low production of articles makes it difficult to visualize the experiences of trans people, also making it difficult to build public policies that allow access and guarantee the rights of these groups in different social spaces.

Keywords: Transgender; Teachers; Experiences.

Introdução

Nossa sociedade é constituída a partir da diversidade de grupos sociais, que apresentam divergências significativas em suas formas de agir e pensar suas vivências. Assim, a diversidade pode ser representada a partir das diferenças entre culturas, classes, contextos sociais, bem como nas identidades sexuais e de gênero dos sujeitos. Desse modo, podemos perceber significativas diferenças nas formas de ser e estar dos sujeitos com relação a sua orientação sexual e identidade de gênero, sendo resultado dos diversos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais. Entretanto, segundo Rohden (2009, p. 165),

[...] apesar de ter havido transformações importantes no Brasil no final do século XX [...], não é raro haver a perpetuação de violência [...] contra as mulheres ou contra minorias sexuais, e/ou raciais/étnicas pelo simples fato de estas não responderem às expectativas sociais de comportamentos de gênero.

Nessa perspectiva, Louro (2008, p. 18) nos diz que “a construção dos gêneros e das sexualidades se dá através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais”. Sendo assim, consideramos a identidade de gênero como o modo de reconhecer a si mesmo enquanto masculino, feminino, ambos ou nenhum, a partir de inúmeras construções coletivas e individuais.

Reidel (2013, p. 40) destaca que “estudiosas e estudiosos feministas têm empregado o conceito de gênero para se referir ao caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”, reconhecendo então as identidades de gênero “como maneiras dos sujeitos viver as masculinidades e feminilidades”, independentemente da normativa biológica que se inscreve em seus corpos. Nessa perspectiva, as travestis e transexuais expressam uma identidade de gênero diferente daquela designada no momento do nascimento. Podemos dizer que:

Os/as transexuais são pessoas em que o seu sexo biológico não se compatibiliza com o sexo psíquico, fazendo com que busquem constantemente a adequação do seu corpo à mente. [...] As travestis, de igual modo, se vestem e se comportam como as pessoas do sexo oposto, porém não sentem a necessidade de realização da cirurgia reparadora, pois não expressam nojo ao seu órgão sexual. [...] Estas pessoas podem ser hetero, homo ou bissexuais, desta forma a identidade de gênero nada tem a ver com orientação sexual (MARINHO, 2016, p. 262)

Quando falamos de travestis e transexuais, estamos falando de resistir para existir, seja pelo preconceito ainda muito forte, seja pela violência a qual esses sujeitos estão expostos rotineiramente, ou seja, ainda, pela falta de políticas públicas que garantam o

direito desses grupos minoritários acessarem os espaços públicos e privados de forma livre. De acordo com o dossiê construído por Benevides e Nogueira (2019, p. 24) e disponibilizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA):

Com 47% das mortes notificadas, o Brasil lidera o Ranking mundial de assassinatos de Travestis e Transexuais. De acordo com o Transgender Europe, que monitora os assassinatos de Travestis e Transexuais pelo mundo, entre 01/10/2017 e 30/09/2018, foram assassinadas 167 pessoas Trans no Brasil, seguidos de 71 mortes no México, 28 no EUA e 21 na Colômbia no mesmo período. O Brasil ocupou o primeiro lugar nos três primeiros relatórios, sendo que teve 171 mortes (entre 2016 e 2017) e 136 (entre 2015 e 2016).

Considerando toda essa realidade, a escola como um espaço social com diferentes sujeitos em seu contexto, é um local que deveria acolher as diferenças e promover a igualdade, porém, percebemos que não é isso que de fato ocorre, pois, em vez de ser um local de inclusão e respeito à diversidade, acaba atuando como um espaço regulador e normatizador. Seffner (2012, p. 80) nos aponta que “temos uma norma não escrita, mas absolutamente atuante, que implica a heterossexualidade compulsória, e desvaloriza outros modos de viver gênero e sexualidade”. A escola acaba sendo um espaço em que, quem foge a isso, é o diferente, o desviante, o “anormal”, nesse sentido, travestis e transexuais fogem da norma, espera-se inclusive que essas pessoas nem frequentem esses espaços.

Nas instâncias escolares, acabam surgindo diversas formas de violências, seja por parte de outras(os) alunas(os), como também por parte do corpo docente e da gestão escolar. Sobre isso Peres (2009, p. 249), ressalta que as escolas são:

Orientadas por tecnologias sofisticadas de poder centradas na disciplina dos corpos e na regulação dos prazeres. Distanciam-se, assim, de uma das funções da educação: tornar as pessoas preparadas para o convívio com as diferenças por meio da produção de sentimentos e atitudes de fraternidade, solidariedade e igualdade de direitos, valorizando o coletivo e garantindo o acesso à informação, sem o que é impossível às pessoas a construção de suas cidadanias.

Podemos observar a partir disso, a razão para o elevado índice de abandono escolar de travestis e transexuais, no qual segundo Hanna e Cunha (2017, p. 3), “chega a 82%, o que conseqüentemente, impossibilita esses sujeitos de conseguirem qualificação profissional, acarretando na exclusão desses sujeitos do mercado de trabalho”. Sobre isso, Vasconcelos (2018, p. 1) diz que “por mais que exista atualmente o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, vemos um crescimento significativo de evasão escolar de alunas travestis e transexuais, assim como a violência sofrida por eles em diversos ambientes”.

Mapeamento das produções pertinentes às experiências de docentes travestis e transexuais

Conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2016. p. 1), “aumentou em 46% o número de travestis e transexuais que utilizaram o nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2016” esse aumento se deu em comparação ao ano de 2016. Scote e Garcia (2020, p. 4) citam que a “aceitação, aplicação e legalização do uso do nome social é um dos elementos que colaboraram para a ampliação e, principalmente, o acesso de travestis e transexuais ao Ensino Superior”. No entanto, os autores consideram que, apesar desse aumento na demanda, existem muitas carências no que se refere às políticas de inserção e permanência de travestis e transexuais na universidade.

Apesar de toda esta realidade, ainda temos relatos de transexuais e travestis que conseguiram passar por todas as etapas da educação básica e do Ensino Superior. Em relação a isso, podemos pontuar os casos de inserção desses profissionais como docentes, seja no ambiente da educação básica quanto no ensino superior. Nessa perspectiva, Reidel (2013) que é uma mulher transexual, docente e ativista pelos direitos de travestis e transexuais na educação, nos fala sobre sua experiência em relação a descoberta de outras transexuais e travestis docentes:

Na verdade, ao assumir a identidade trans na escola, não acreditava que pudesse haver outras professoras trans, porque não se ouvia falar nelas ou na sua existência. Foi no momento em que realmente assumi minha identidade que entrei neste universo. A partir daí comecei a conhecer e conviver com elas, colegas de trabalho, com histórias de vida diferentes marcadas pelas experiências onde o sofrimento decorrente da transfobia de toda a sociedade era um elemento muito forte apresentado. (REIDEL, 2013, p. 73)

Nessa perspectiva, como ponto de partida, trazemos como problemática a seguinte questão: “Qual a produção teórica sobre a existência e as experiências de docentes travestis e transexuais na escola e na universidade?” A partir dessa questão, tomamos como nosso principal objetivo investigar a produção científica dos últimos 10 anos, acerca das experiências de docentes travestis e transexuais inseridos nos espaços educacionais no Brasil. Também buscamos evidenciar as dificuldades que essas pessoas encontram ao estarem presentes na escola como docentes e pensar sobre os preconceitos ainda presentes na escola e fora dela. Ainda, buscamos observar possíveis avanços que os textos possam apontar com relação ao acesso ao espaço escolar como docentes e nas relações tecidas nesses espaços.

O que tomamos como motivação para a construção deste trabalho é o fato de que, no momento em que percebemos em termos de sociedade, a diversidade que nos rodeia,

compreendemos o quanto é importante a destacarmos e visibilizarmos, trazendo a partir de investigações os conhecimentos e as vivências dos sujeitos que existem nos diferentes espaços e contextos. Investigar a produção científica, que trata das experiências de pessoas transexuais e travestis na escola, nos faz ter a compreensão da possibilidade de inserção delas(es) em outros locais que não são aqueles com os quais estamos acostumados a relacionar esses sujeitos.

Metodologia

A pesquisa possui caráter exploratório, sendo classificada como uma pesquisa bibliográfica. Gil (2002) destaca que a pesquisa bibliográfica é um processo de pesquisa que envolve as seguintes etapas: a) escolha do tema; b) levantamento bibliográfico preliminar; c) formulação do problema; d) elaboração do plano provisório de assunto; e) busca das fontes; f) leitura do material; g) fichamento; h) organização lógica do assunto; e i) redação do texto, sendo as quatro primeiras etapas realizadas anteriormente ao processo de coleta de dados para a análise e as etapas restantes foram realizadas a partir desta coleta. A coleta de dados foi realizada em diferentes plataformas de buscas de trabalhos acadêmicos, sendo estas o Portal de Periódicos da Capes, a Plataforma Scielo e o Google Acadêmico, tendo como um critério de escolha, trabalhos publicados desde o ano de 2010 até o ano de 2019. Para realizar a pesquisa foram utilizados os seguintes descritores: docentes travestis e transexuais, travestis, transexuais, docência, escola e universidade.

Ainda no processo de busca das fontes, realizamos a leitura dos títulos e resumos para verificar os trabalhos que correspondiam com os objetivos do estudo a ser desenvolvido, a fim de fazer uma primeira seleção dessas fontes. Destacamos que as fontes se caracterizam como artigos científicos publicados em periódicos, excluindo dessa forma Teses e Dissertações dos objetos de análise. No processo de leitura do material realizamos a leitura de todos os documentos selecionados, verificando e demarcando que abordagens foram/estão sendo utilizadas para trabalhar as experiências de transexuais e travestis na docência, bem como quais motivações e entendimentos que os trabalhos expressaram para produzir suas pesquisas referentes à temática. Assim, entendemos esse processo como a realização de uma leitura analítica dos artigos, que, de acordo com Gil (2002, p. 78), “tem a finalidade de ordenar e resumir as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa”.

Mapeamento das produções pertinentes às experiências de docentes travestis e transexuais

O número total de artigos selecionados em um primeiro momento foi de 13, considerando que no Portal de Periódicos foi encontrado um artigo, na Plataforma Scielo foi encontrado um artigo e os outros 11. Foi localizado no Google acadêmico, sendo que, após ser concluída a etapa de leitura, obtivemos como resultado um total de 6 trabalhos, que foram registrados em forma de quadro (Quadro 1) para melhor sintetizar as informações encontradas.

Quadro (01) - Relação dos textos utilizados na análise

Código	Título	Autoras(es)	Periódico e Ano de publicação	Localização
A1	Notas sobre o processo de inclusão/exclusão de uma professora transexual	DIAS, Alfrancio Ferreira; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; OLIVEIRA, Danilo Araujo de	Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade 2016	Google Acadêmico
A2	Contexto escolar e docência trans em Rondônia: trajetória, desafios e perspectivas	FALCÃO, Kary Jean; COSTA Angelo Brandelli; STREY Marlene Neves	Revista Labirinto 2019	Google Acadêmico
A3	A transformação de professoras transexuais na escola: transfobia e solidariedade em figurações sociais contemporâneas	TORRES, Marco Antonio	Revista do programa de pós-graduação em ciências da UFRN 2010	Google Acadêmico
A4	“Parece uma mulher, mas é um traveco”: produções discursivas marginais e transfóbicas nas vivências de uma travesti professora	DIAS, Danilo; SOUZA, Marcos Lopes de	Revista Espaço Acadêmico 2019	Google Acadêmico
A5	Professoras Transexuais e Travestis no Contexto Escolar: entre estabelecidos e outsiders	TORRES, Marco Antônio; PRADO; Marco Aurélio	Educação & Realidade 2014	Portal de Periódicos da Capes
A6	Professoras Trans brasileiras em seu processo de Escolarização	FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida	Estudos Feministas 2015	Scielo

Fonte: elaborado pelo autor e pelas autoras.

Esses seis artigos foram organizados em fichas de leitura e junto desse processo, ocorreu a organização lógica do assunto, a partir da elaboração de diferentes categorias, com o objetivo de melhor sistematizar e organizar os resultados encontrados para a posterior discussão. A redação da análise e discussão dos resultados se pautou nas seguintes categorias, a saber: 1) Antecedentes de violências sofridas e dificuldades para

ingressar no mercado de trabalho; 2) Dificuldades na atuação docente; 3) Avanços que foram observados. Por fim, realizamos a sistematização e interpretação dos resultados provenientes da análise e categorização dos documentos.

Análise e discussão dos resultados

Conforme anunciamos na seção anterior, por meio de pesquisa bibliográfica, buscamos investigar as produções científicas sobre as experiências de docentes transexuais e travestis na escola e na universidade e identificamos um número de 6 trabalhos que fazem parte dos resultados utilizados para a construção do presente texto. A partir da análise dos artigos, estabelecemos três categorias que serão analisadas na sequência. Devemos lembrar aqui que todos os artigos encontrados analisavam narrativas de professoras da educação básica, sendo que não foram encontrados artigos que analisavam essas narrativas no ensino superior.

Antecedentes de violências sofridas e dificuldades de ingresso no mercado de trabalho

Conseguimos identificar que todos os artigos traziam questões referentes a esta categoria, com considerações sobre as relações familiares, o espaço escolar, a universidade e outros espaços de formação ou trabalho. Essas considerações são importantes para entendermos que esse processo de exclusão, a partir do preconceito e violência, se inicia muito cedo, de acordo com o que os textos apontaram, desde a infância e adolescência, período que elas dependiam de seus pais e/ou responsáveis. Nesse contexto, os textos apontam muitas violências sofridas, como a homofobia. Ainda sobre essa questão, é importante considerar que a falta de apoio da família acaba sendo um fator determinante para o silenciamento das identidades.

Isso nos diz do forte controle que se impõe sobre os corpos. Os textos citam que travestis e transexuais sofreram com a violência e a falta de aceitação dentro de suas próprias casas e famílias, com experiências diferentes, porém sempre pautadas no motivo de elas serem vistas como “menino gay”. Entre esses casos podemos destacar agressão física, retirada dos filhos do ambiente escolar, agressões dirigidas por outras pessoas na rua, ofensas, entre muitas outras, como cita o texto A1:

[A docente] disse que esse processo ocorreu desde os sete anos de idade, mas somente pôde assumir-se como uma pessoa transexual na maioridade, pelo fato de que seu pai era uma pessoa homofóbica, demonstrando por diversas

Mapeamento das produções pertinentes às experiências de docentes travestis e transexuais

vezes sua intolerância. [...] Convicta de sua sexualidade e identidade de gênero, [a docente] preferiu, como um mecanismo de defesa, o silenciamento de sua transexualidade até o momento em que seu pai adoeceu e perdeu a memória. Foi o momento viável para ela assumir-se e apresentar-se com uma pessoa transexual. (2016, p. 147-148).

Também surgem relatos nos trabalhos, relacionados à educação, com visões deturpadas, por parte de familiares, de que a educação era algo restrito a pessoas de classe alta, que apenas essas pessoas devem e podem estudar. Isso demonstra que muitas vezes, as pessoas que vêm da classe baixa acabam por não poderem ter perspectivas melhores quanto ao seu futuro. Esse tipo de violência demonstra estruturas muito rígidas do sistema capitalista, em que a força de trabalho vem da mão-de-obra, que segue muitas vezes empobrecida e sem acesso a direitos considerados básicos. O que se evidencia aqui é a desigualdade social e como ela acaba por colonizar as mentes das pessoas oprimidas por esta estrutura capitalista, que são pessoas pertencentes à classe trabalhadora.

Nos textos analisados nesta categoria, relacionada as violências sofridas por pessoas transexuais e travestis no ambiente escolar, foi possível encontrar relatos de agressões psicológicas e físicas feitas por outros alunos, sempre trazendo palavras como “bixinha” ou “viado” em seus insultos. Também é citada a desistência da educação escolar por parte de amigas e/ou colegas também transexuais e travestis, que, de acordo com o que é citado em um texto, consideravam que a escola era um “inferno”. De acordo com o que os autores e a autora trazem no artigo A1, para as docentes e para outras pessoas transexuais e travestis o ensino médio foi inóspito e excludente: *Era assim que [a docente] e sua amiga travesti percebiam a escola, como um “inferno” em suas vidas, pois sabiam que lá teriam sempre um colega que as iria incomodar e questionar seus corpos e identidades de gênero desviantes. (2016, p. 148).*

Sobre esse aspecto, Silva Junior (2016, p. 174) nos diz que a evasão escolar “expõe várias facetas”, dentre elas desigualdade de gênero e o preconceito com as diferentes sexualidades, assinaladas “na maioria das falas das travestis e de transexuais quando perguntadas(os) sobre sua educação formal”. É relevante notar que pesquisas quantitativas que analisam dados sobre a evasão escolar pertinentes ao preconceito e a discriminação dessas pessoas praticamente não existem. O autor ainda reflete que:

Em várias mídias têm-se observado falas de transexuais que denunciam um sutil e perverso maquinário dentro das escolas públicas e privadas que, em pleno funcionamento, expulsa e mantém esses sujeitos fora da escola, quando esse

espaço deveria ser garantido pelo princípio da universalização do ensino, com acesso e permanência de todas as pessoas na escola (SILVA JUNIOR, 2016, p. 175)

Percebemos então com essas considerações que a escola é um local de muita violência, nos deixando a impressão que não há nada que possa ser feito, conforme o autor e a autora ponderam no artigo A6:

[...] Mesmo com as reivindicações da sociedade civil resultando em apoio por diversas vertentes do Governo federal, levando à criação de medidas legislativas em defesa dos direitos humanos de pessoas trans no âmbito escolar, é fato que as escolas, em sua maioria, ainda exercem o preconceito e a exclusão e, conseqüentemente, contribuem para a evasão desses sujeitos. (2015, p. 333).

No entanto, apontamos que para a mudança ocorrer, são necessárias pessoas dispostas a fazê-la, destacando que a discussão de gênero na formação de professoras(es) é muito importante, sendo fundamental fomentar essas discussões na escola, de maneira inclusiva e com potencial de desconstrução de estruturas machistas, misóginas e transfóbicas.

Os textos também demonstram que a transfobia é um problema grande, que afeta um grande número de pessoas transexuais e travestis, principalmente no ambiente escolar, o que acaba interferindo na permanência ou não destas pessoas na escola, conforme observamos a partir do excerto do artigo A6:

Os dados dos relatórios e as argumentações das professoras trans confirmaram que, em decorrência do ambiente hostil, no qual são obrigadas a permanecer desde que iniciam a construção de suas identidades, poucas pessoas trans alcançam formas de ascensão social que não estejam vinculadas ao universo da marginalidade e da prostituição. A vivência e o aprendizado da cidadania se tornou um direito negado a essas pessoas, principalmente por causa dos obstáculos impostos pelos sistemas educacionais, que ainda representam uma das únicas possibilidades de elevação cultural e social para as camadas menos favorecidas da sociedade. (2015, p. 333).

Sobre as vivências de travestis e transexuais, alguns textos trazem que, na visão das entrevistadas, essas pessoas ficam por último quando pensamos a construção dos espaços sociais, como sujeitos que não tem ou não deveriam ter a possibilidade de existir.

No artigo A1 os autores e a autora discutem como uma das suas interlocutoras traz suas vivências dentro da universidade como estudante na questão de seu nome social. Ela cita que, de imediato, ao ingressar na instituição de ensino, ela fez o pedido para que fosse tratada pelo nome ao qual ela escolheu, recebendo a resposta negativa da equipe gestora,

Mapeamento das produções pertinentes às experiências de docentes travestis e transexuais

afirmando que seria impossível, pois esse não era seu nome de registro. Ela também cita que foi dentro desse espaço que ela enfrentou outras questões mais explícitas de preconceito, como a exclusão por parte de colegas e o impedimento do uso do banheiro que correspondia ao seu gênero.

Isso evidencia que o respeito ao nome social ainda é uma problemática a ser enfrentada, e também é uma medida muito importante a ser tomada, que acaba não sendo respeitada até mesmo em espaços como a universidade, locais em que justamente se espera que esses fatores sejam considerados como direitos e sejam relevantes no momento de receber diferentes sujeitos existentes na sociedade. Além do ambiente hostil, considerando as outras múltiplas violências enfrentadas, como destacado.

O uso do nome social constitui passo importante rumo ao reconhecimento da identidade de gênero dos transexuais e travestis, uma vez que, assim como a retificação do registro civil, não está condicionado à realização de cirurgia de redesignação sexual. Desta forma, promove-se a inserção social, além de evitar o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a estes indivíduos (POSSIDONIO, 2018, p. 1).

No artigo A1, os autores e a autora trazem que a entrevistada relaciona a questão da utilização do banheiro feminino, ao qual ela era proibida de usar, com a justificativa de que possuía um nome tido como “de homem” e pertencia ao “sexo masculino”, fazendo-nos perceber que falar sobre gênero também significa o colocarmos em um contexto diferente da questão do sexo biológico. Ainda sobre o nome social, podemos considerar que:

A obrigatoriedade e a legalização do uso do nome social em diversos contextos tornaram-se elementos contribuintes para a visibilidade, ampliação e, principalmente, ao acesso dessa população a diversas instituições. O possível ingresso nas instituições ensino superior, com a utilização do nome social no exame do ENEM, caminha neste mesmo sentido (SCOTE; GARCIA, 2020, p. 9)

Outro recorte interessante de trazer aqui é a questão racial, pois, em um dos artigos analisados, foi apontado que todas as professoras que compartilhavam dessa experiência de exclusão eram consideradas pardas ou pretas, situação elucidada pelo autor e pela autora no artigo A6:

Das doze professoras trans investigadas, seis se identificaram como de cor branca, três pardas, duas pretas e uma amarela; contudo, a vivência de violência materializada no período da educação básica e da superior foi um processo descrito predominantemente pelas professoras que se identificaram como de cor preta e parda: Sarah, Sandra e Adriana Lohanna. A exceção foi Marina, que se identificou como de cor branca. (2015, p. 341).

Isso evidencia que, além do gênero, existem outros fatores de exclusão que marcam, delimitam e diferenciam os corpos, como por exemplo, o marcador racial. No contexto

apresentado, vemos o racismo como um marcador que aprofunda a desigualdade para além do gênero, evidenciando a importância de trazer a interseccionalidade para o debate dos feminismos e dos movimentos LGBTQ+. Castro (2013, p. 6) cita que:

Não pretendemos aqui questionar a atuação e a importância do feminismo nas conquistas das mulheres no Brasil, mas é preciso reforçar que o racismo, em nosso país é um estruturante nas relações sociais, é marcado por heranças multiculturais e étnicas e possui artimanhas e articulações que perpetuam algumas desigualdades sociais, econômicas e culturais.

O ponto que identificamos nos textos para discussão é o preconceito sofrido/percebido em outros locais de formação ou de atuação. Na experiência relatada no trabalho A1, os autores e a autora citam que a docente relata que a transfobia quase lhe custou o seu diploma, a sua aprovação no curso de serviço social, que ela cursava ao mesmo tempo que o curso de pedagogia. É discutido ao longo do texto, a exclusão que as pessoas transexuais e travestis sofrem na sociedade, ficando a sua margem, trazendo a partir das falas de sua interlocutora, que as assistentes sociais não queriam que um “traveco” atendesse seus usuários durante o estágio da entrevistada no curso de Serviço Social. Aqui, mais uma vez, percebemos que além da dificuldade de se manter no ambiente escolar, até concluir sua formação na educação básica, esses sujeitos ainda precisam lidar com o preconceito em outros locais, o que impossibilita ainda mais seu ingresso no mercado de trabalho.

Isso demonstra que a universidade acaba por ser um sonho distante na vida de transexuais e das travestis. Mesmo com essa realidade, Scote e Garcia (2020, p. 9) citam que “são frequentes nos discursos de pessoas *trans* os sonhos de acesso, aceitação e permanência dentro de uma universidade”. Porém, ainda aquelas que conseguem resistir e passar por todos os estágios de formação escolar, acabam sofrendo inúmeras violências na universidade.

Dificuldades na atuação docente

A segunda categoria que apresentamos aqui fala das dificuldades que as pessoas transexuais e travestis encontram em sua atuação como docentes. Lembrando que, por falta de produções referentes à universidade todos os textos se contextualizam no espaço da Educação Básica. Identificamos que todos os textos traziam considerações e relatos referentes a esta categoria. Em um primeiro momento, foi perceptível que muitas das problemáticas apontadas estavam relacionadas ao corpo docente das escolas onde as

Mapeamento das produções pertinentes às experiências de docentes travestis e transexuais

professoras estavam inseridas. No excerto abaixo do artigo A2, as autoras e o autor apontam a maneira com que outros docentes acabam se comportando ao receber uma pessoa transexual como colega, em seu local de trabalho:

Naquela época estavam esperando fulano, e chegou lá a “ciclana”. Porém todos já sabiam, a Secretaria de Educação já sabia que eu era uma mulher trans. Ela já sabia que não era um professor, e que era uma professora. Depois que eu fui conversando, e eles me falaram que não sabiam como que elas iam lidar com uma professora trans na rede de ensino porque não havia tido uma professora trans em Ouro Preto do Oeste. Elas pensavam: como é que vai ser a recepção dos alunos? Como é que vai ser a recepção da comunidade? (2019, p. 268).

Os autores e autoras também trouxeram nos artigos questões relacionadas a docentes que negam a existência da identidade de gênero dessas pessoas, identificando-as como “homens gays”. Isso traz o desconhecimento por parte dos professores e das professoras da diferença entre identidade de gênero e orientação sexual e também nos mostra o quanto é importante a discussão sobre gênero e, em um contexto mais amplo, as discussões sobre sexualidade, raça e etnia, estarem cada vez mais presentes na formação docente, como evidencia o texto A4:

É ainda recorrente, por parte de muitas pessoas, à vinculação da travestilidade a uma homossexualidade masculina. [...] De alguma forma, há um apagamento e uma invisibilidade das travestilidades em decorrência da cisnormatividade, já que para esta (colega) professora, as travestis querem “ser o que elas não são”, mesmo parecendo ser. (2019, p. 26).

Com relação ao modo como as professoras transexuais e travestis foram recebidas pela comunidade no geral, os artigos analisados demonstraram que são corriqueiros os relatos de preconceito sofrido por elas. De acordo com o que é trazido nos artigos, o preconceito não está no fato de elas serem mulheres, pois, quando não percebida sua transexualidade, seu gênero não é questionado, porém, quando exposto o fato de serem transexuais, o peso dessa palavra acaba trazendo os preconceitos e as violências à tona, fazendo com que elas tenham que lidar com esses problemas a partir de então. Uma das falas mais citadas em relação a isso é que as pessoas as consideram como “travecos”, de forma pejorativa e que elas seriam “homens que querem se vestir de mulher” e não mulheres, como elas se identificam. Após essa exposição, os problemas surgem de maneira crescente, dificultando sua atuação e trazendo o perigo da demissão. Os autores e a autora no artigo A1 exemplificam bem esse preconceito, a partir do momento de descoberta da transexualidade:

Nesse momento [a docente] deixou de ser uma mulher e passou novamente a ser um corpo estranho, desviante, berrante das normas regulatórias de gênero. Entretanto, cabe problematizar esse discurso normativo de que [a docente] seria uma “falsa” mulher, trazido pela comunidade, ou seja, o não reconhecimento da transexualidade e a leitura [da docente] como um homem gay ou, nos dizeres da comunidade, um “viado”. (2016, p. 154-155).

No entanto, os artigos trazem como ponto em comum, que esses preconceitos são muito mais comuns de serem reproduzidos pelos pais de alunas(os) ou por suas(seus) colegas, do que pelas(os) alunas(os). Como os autores trazem no artigo A5:

Em todas as entrevistas também havia relatos de relações de apoio e solidariedade, principalmente por parte do alunado. Esses posicionamentos de sujeitos em relação às professoras transexuais femininas e travestis propiciam análises dos mecanismos sutis e perversos de poder para subalternização desses sujeitos no ambiente escolar, bem como suas estratégias para o enfrentamento às formas de negação da possibilidade de as entrevistadas se manterem na função docente. (2014, p. 207).

No geral é relatado que a relação com as(os) discentes normalmente é respeitosa e cordial e por muitas vezes, acaba criando fortes vínculos afetivos. Em muitos momentos é citado nos trabalhos analisados que a própria comunidade, por meio dos pais, acaba gerando o desconforto por não aceitar que essas professoras continuem atuando junto a suas(seus) filhas(os). Dentro da profissão docente, temos muitos relatos também da dificuldade de colegas se referirem a elas por seu nome social. Assim, o artigo A4 cita que quando as pessoas se referem às travestis, ainda utilizam o “nome de batismo”, este ancorado no gênero masculino, reiterando que as travestis ainda são lidas como homens:

Os argumentos eram, em sua maioria, voltados para a ideia de que este era um nome estranho para ser direcionado a [entrevistada], pois mesmo que, na perspectiva deles, ela se “vestisse com roupas de mulher” e fosse uma travesti, continuava com o nome que todas as pessoas a conheciam desde sempre. [...] As nomeações no masculino atribuídas à professora travesti no espaço institucional da escola são utilizadas como recursos de “proteção” e “preservação” à imagem de “professor” que ela deve ter no trabalho. Há, de certo modo, uma inversão nos sentidos de proteger e preservar as pessoas. (2019, p. 26).

A demissão de transexuais e travestis é outro ponto bastante discutido nos textos analisados, independentemente do contexto em que as professoras se encontravam, as instituições (públicas ou privadas) encontravam mecanismos de as afastar de suas funções. Algumas delas relataram que desde antes da sua transição a LGBTfobia se mostrou uma característica forte nas relações sociais que experimentaram. De acordo com o que autores

Mapeamento das produções pertinentes às experiências de docentes travestis e transexuais e autoras apontam no texto, algumas demissões ocorriam por LGBTfobia, mesmo para aquelas que não assumiam publicamente sua identidade, mas sim apenas para algumas(uns) antigas(os) colegas. Em outros textos, esse afastamento é apontado após o processo de descoberta da comunidade quanto à transgeneridade desses sujeitos, conforme o autor pontua no artigo A3:

No relato das duas professoras a demissão de escolas foi algo presente e sempre relacionado à homofobia, ainda que nunca tivessem assumido a homossexualidade e/ou a transexualidade; quando ocorreram as demissões ninguém afirmou que o motivo fosse a orientação sexual, posteriormente elas descobriram, por antigos colegas de trabalho, que foram demitidas porque eram consideradas homossexuais, isto é, perderam seus empregos devido à homofobia. (2010, p. 48).

Isso demonstra que, mesmo após todo o processo de formação e efetivação dessas pessoas como docentes, a escola ainda prefere punir, afastar, retirá-las de seu espaço, no lugar de promover diálogos sobre gênero e respeito na escola e com sua comunidade. Silva (2019, p. 429) nos aponta que a “vigilância da escola está sempre presente [...]. Essa vigilância se expressa nas roupas, nas falas, nos comportamentos, enfim, nas relações que ali se estabelecem, e isso acaba afetando a todos os sujeitos que estão presentes nesse espaço”.

Os textos trazem que essa realidade de demissão é muito temida pelas professoras, sendo observado como a escola pode ser um sistema preconceituoso e excludente. O artigo A1 discute, a partir de narrativas de docentes transexuais e travestis, as perseguições e exclusões sofridas por elas nas escolas e nas redes de ensino, como podemos observar no seguinte excerto:

De acordo com as narrativas dela [a professora], a administração pública cria estratégias de exclusão das professoras transexuais das salas de aula, a exemplo das transferências, sem explicações, para outras escolas, principalmente as situadas em zona rural, bem como a transferência das professoras transexuais da atividade fim (ensino) para atividade meio (secretaria). (2016, p. 156).

Todas essas experiências de alguma forma são extremamente prejudiciais para a saúde dessas pessoas, pois a carga emocional de ter que suportar todas essas situações de preconceito pode se tornar muito pesada. Sendo assim, encontramos em alguns textos, considerações sobre problemas com a saúde psíquico emocional dessas profissionais, lembrando que essa questão acaba sendo comum a muitas(os) professoras(es) ao assumirem seus postos em sala de aula, pelos mais diversos motivos. Porém, aqui,

salientamos a transfobia como o principal fator para o desenvolvimento de problemas relacionados com a saúde mental, como observado no artigo A1:

Com o aumento da intolerância por parte de alunos(as) e familiares, ela [a professora] passou a vivenciar novamente cenas de trans-homofobia e se afastou de suas atividades por 15 dias por depressão, conforme recomendação médica. Voltando ao trabalho, recebeu uma declaração de remoção da escola para outra muito distante, medida sem sentido para ela, visto que estavam no mês de setembro e as remoções, quando aconteciam, eram sempre no início do ano letivo. (2016, p. 155).

Nessa perspectiva, fica evidente as estratégias que continuam sendo tomadas como forma de afastar essas pessoas do convívio social e do mercado de trabalho, deixando-as vulneráveis mesmo depois de um processo inteiro de formação e ocupação de diferentes espaços. Barros e Ramos Junior (2017, p. 2) descrevem que, assim, “a exclusão do mercado de trabalho formal, [...] e/ou a falta de implementação governamental de políticas já existentes revelam as nuances que elas(es) sofrem cotidianamente”. Como destacam Scote e Garcia (2020, p. 8), “além de terem sua cidadania sistematicamente interdita, as travestis e transexuais normalmente deparam com problemas de desigualdade de classe”. Isso denuncia a urgência com que a transfobia deve ser encarada como um crime gravíssimo à integridade destes sujeitos, devendo dessa forma, ser combatida, pois, temos uma realidade de um grupo de pessoas sendo excluído de espaços que são delas também, no papel de profissionais e cidadãos.

Avanços que foram observados a partir dos textos

A última categoria que trazemos para a discussão refere-se aos avanços que os textos apontam com relação a ocupação do espaço escolar por essas profissionais e sua atuação dentro desses espaços. Ressaltamos que por falta de produções referentes à universidade, todos os textos se contextualizam no espaço da Educação Básica. Identificamos que todos os textos apresentavam considerações relevantes para esta categoria. Cabe citar aqui que o simples fato de elas existirem enquanto sujeitos e resistirem a todo o processo histórico de exclusão e violência, nos mais diversos espaços, já pode se considerar um avanço. Essa afirmação surge pelo fato de que, apenas por estarem inseridas, muitas estruturas sociais se movimentam. Sobre isso, Rondas e Machado (2015, p. 201) consideram que “como o direito à diversidade sexual tem crescido, ainda que de forma

Mapeamento das produções pertinentes às experiências de docentes travestis e transexuais lenta, gradual e conflituosa, algumas travestis já lançam mão do princípio da liberdade de ação e de independência na determinação de suas estratégias de valorização profissional”.

Os textos consideram que essa realidade de preconceito foi decisiva para que essas pessoas lutassem por seu espaço. As autoras e o autor do artigo A2 pontuam que os depoimentos das docentes demonstram que as experiências e dificuldades no enfrentamento da construção da identidade, aliada aos mecanismos de profissionalização, foram de ordem excludente e de violação de direitos indispensáveis. Porém, esses critérios pouco contribuíram para afastar mais ainda essas docentes das escolas e universidades, servindo como instrumentos poderosos de afirmação de identidades.

A importância dessa mobilização está no fato de que, quanto mais pessoas estiverem presentes nesses espaços, resistindo, mais pessoas poderão adentrar esses espaços e transformá-los, em um processo contínuo de inserção e luta pela garantia de direitos e pela igualdade. Assim, a presença dessas pessoas em espaços sociais como a escola, é fundamental para a representatividade dessa minoria, além de possibilitar a abertura de discussões sobre as diferenças e o respeito dentro do contexto escolar. Andrade (2020, p.2) nos diz que a “representatividade não é apenas a organização de grupos buscando que seus interesses sejam representados e garantidos, mas é sobretudo parte da formação do que é o indivíduo que compõe esse grupo”.

É importante ressaltar que o simples fato de elas estarem nos espaços em que conseguiram ocupar, existindo e atuando, é uma forma de resistência, de desestabilização dos padrões impostos socialmente que geram opressões, desigualdades e exclusão. Quanto a este ponto específico, alguns textos analisados discutem experiências das professoras transexuais e travestis dentro do movimento estudantil, como a criação de pautas específicas para travestis e transexuais dentro do espaço escolar e a criação de redes de solidariedade entre professoras e professores travestis e transexuais, como forma de apoio e luta por seus direitos. Além disso, uma das professoras entrevistadas cita sua atuação no movimento LGBTQ+ e na Rede Trans Educ, que tem por objetivo dar visibilidade à atuação dessas pessoas nas redes de ensino. Sobre isso, o autor do artigo A3 destaca que:

As experiências [das docentes] na escola não podem ser resumidas apenas à homofobia, há também a articulação de redes de solidariedade e alianças que as possibilitaram a liderem com os dispositivos da heteronormatividade. Desde modo, elas têm conseguido serem reconhecidas como professoras em seus contextos. Essas redes são compostas por sujeitos que possibilitaram experiências de proteção e reconhecimento que as fortaleciam no enfrentamento da transfobia. (2010, p. 50).

Ainda, buscamos identificar nos textos analisados, avanços no pensamento e/ou no comportamento das pessoas após a convivência com as travestis e transexuais. Trazemos assim, mais considerações sobre os avanços que puderam ser percebidos nas análises dos autores e das autoras a partir da narrativa das docentes. A presença de transexuais e travestis nos espaços de formação, seja como estudantes ou como educadoras, acaba gerando mudanças a partir da mobilização do pensamento e das ações de seus pares e demais pessoas envolvidas nesses contextos. Dentre as principais mudanças observadas, estão questões de afetividade, de atuação e organização política como forma de resistirem e estarem cada vez mais presentes em diversos espaços, compartilhando seus saberes e suas vivências, contribuindo com os avanços na sociedade como um todo, conforme elucidam os autores do artigo A6:

Apesar dos diversos obstáculos enfrentados em suas trajetórias escolares, nas suas experiências como docentes, todas as professoras da pesquisa contam histórias de êxito e reconhecimento profissional. Associado a essas histórias, relatam o desencadeamento de processos de subversão e de abalo de valores, normas e crenças. Na verdade, contam de resistências, intencionais ou não, que desencadeiam possibilidades de estruturação de novas formas de ensino e aprendizagem no que se refere às questões de gênero e de sexualidades. (2015, p. 343).

Sobre as mudanças observadas, como já citado anteriormente, o artigo A1 traz considerações que corroboram com o fato de que a existência desses corpos e a sua atuação acabam por mobilizar estruturas sociais que são existentes há muito tempo, no campo da cultura e no modo como se exercem os movimentos de inclusão e exclusão dos sujeitos. Isso pode causar subversões na forma com que os outros (pessoas que têm contato com esses atores) enxergam as questões relacionadas ao gênero e a sexualidade. Essas mudanças podem ser percebidas no campo das relações sociais, principalmente afetivas, que acabam se construindo a partir do momento em que pessoas transexuais e travestis estão no mesmo espaço de pessoas cisgênero.

Assim, de acordo com o artigo A1:

[...] a partir de um corpo estranho, excêntrico, não civilizado, desviante, a docente passou a deslocar, desestabilizar e problematizar as normas de gênero fixas e binárias naquela universidade. Embora tenha passado por diversas situações de preconceito, ela também provocou instabilidades e causou subversões no sistema de informação, na direção, nas coordenações, nos/as docentes, nos/as alunos/as. (2016, p. 152).

Mapeamento das produções pertinentes às experiências de docentes travestis e transexuais

O texto traz o caso de um aluno que no primeiro dia de aula questionou o porquê de ela estar ali e, ao chegar no final do curso, além de se tornar seu amigo, escreveu, junto com a entrevistada, um TCC sobre homofobia na escola. Assim, nesse percurso de enfrentamento às normas regulatórias, pelo menos uma pessoa mudou, conforme trazido no texto.

Finalizando, podemos dizer que, em vários textos, elas expressam algumas esperanças para o futuro, principalmente em relação à educação. No caso das demissões e afastamentos, o principal desejo apontado é voltar a lecionar, pois não podemos deixar de lado aqui os afetos que a profissão docente constrói nos sujeitos, sejam eles docentes ou alunas(os). Como é expressado no artigo A1, com as palavras da professora, “*é a educação que vai mudar essa perspectiva, até porque foi na educação que eu sofri tudo isso. Então eu quero dar esse retorno para a educação do meu estado, pro meu país*”. (2016, p. 156). Dessa forma, uma esperança também apontada é em relação a enxergarem a educação como transformadora, pois algumas docentes apontam que mudar a educação é mudar a realidade como um todo.

Considerações finais

A partir da pesquisa realizada, selecionamos e analisamos seis trabalhos científicos que tratavam das experiências de professoras travestis e transexuais na educação básica, em três plataformas de buscas diferentes. Também apontamos aqui a ausência de produções sobre as docentes transexuais e travestis no Ensino Superior, o que consideramos uma questão problemática, pois faz-se necessário discussões pertinentes aos problemas enfrentados por transexuais e travestis também no espaço universitário. Consideramos esses fatores como aspectos negativos para a discussão e visibilidade do tema, pois se tratam de questões urgentes de serem solucionadas e que essas pessoas acabam se deparando.

Podemos perceber que a experiência de pessoas transexuais e travestis não é nada fácil, pois é marcada por muito preconceito em diversos espaços em que elas se encontram. Seja na infância e na adolescência, na universidade ou em sua atuação profissional, muitos são os desafios que surgem, sempre pondo à prova suas existências e questionando suas identidades. São muito comuns também os relatos de violência das mais diversas ordens sejam elas psicológicas, verbais ou, até mesmo, agressões físicas e assassinatos. Isso evidencia o quanto ainda precisamos avançar como sociedade. Precisamos analisar essas

vivências e estarmos abertos a fazer a diferença por nós e pelos outros. Vemos a universidade como uma força extremamente necessária para fazer esse trabalho de escuta e visibilização, a partir do nosso trabalho e dos nossos desejos e esperanças de transformação dos espaços educacionais e sociais.

Referências

ANDRADE, Rani. **Representatividade: o que isso significa?** Politize. 2020. Disponível em: <[https://www.politize.com.br/representatividade/#:~:text=A%20defini%C3%A7%C3%A3o%20de%20representatividade%20que,uma%20na%C3%A7%C3%A3o\)%20na%20figura%20do](https://www.politize.com.br/representatividade/#:~:text=A%20defini%C3%A7%C3%A3o%20de%20representatividade%20que,uma%20na%C3%A7%C3%A3o)%20na%20figura%20do)>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BARROS, Lídio Fernando Yale Vieira; RAMOS JÚNIOR, Dernival Venâncio. A transição de gênero sob a ótica das narrativas de travestis e transexuais de Araguaína - Tocantins. **XI Encontro Regional Nordeste de História Oral**. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2017. Disponível em: <http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1491340667_ARQUIVO_ens_aiohistoriaoral.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil. Instituto Brasileiro Trans de Educação. Brasil. 2019. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

CASTRO, Silvia Elaine Santos de. Marcadores sociais da diferença: sobre as especificidades da mulher negra no Brasil. In: LIMA, Ângela Maria de Souza; DINIZ, Larissa Mattos; LANZA, Fábio. **Anais da XXIV Semana de Ciências Sociais da UEL “Ciências Sociais: Desafios contemporâneos”**. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, PR, 2013, p. 01-10. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/anais/xxv-semana-de-ciencias-sociais.php>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HANNA, Wellington; CUNHA, Thaís. Expulsos da Escola: **Discriminação rouba de transexuais o direito ao estudo**. Correio Brasiliense. Brasília, DF. 2017. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transexuais-o-direito-ao-estudo>>. Acesso em: 28 out. 2020.

INEP. **Nome social será usado por mais de 400 travestis e transexuais**. Brasília. 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/nome-social-sera-usado-por-mais-de-400-travestis-e-transexuais/21206>. Acesso em: 25 out. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**. Campinas, SP. v. 19, n. 2, maio-ago, 2008, p. 17-23. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

MARINHO, Neumalyne Lacerda Alves Dantas. A exclusão das pessoas trans do mercado de trabalho e a não efetividade do direito fundamental ao trabalho. **Revista de Gênero**,

Sexualidade e Direito. Minas Gerais, v. 2, n. 1, jan-jun, 2016, p. 261-277. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/321958084_A_Exclusao_das_Pessoas_Trans_do_Mercado_de_Trabalho_e_a_Nao_Efetividade_do_Direito_Fundamental_ao_Trabalho>. Acesso em: 05 set. 2020.

PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 235-264. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume32_diversidade_sexual_na_educacao_problematizacoes_sobre_a_homofobia_nas_escolas.pdf. Acesso em: 12 nov. 2019.

POSSIDONIO, Carine Teresa Lopes de Sousa. **Identidade de gênero e utilização do nome social: propósitos e desafios.** Conteúdo Jurídico, Brasília, 2018 p. 01-08. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52247/identidade-de-genero-e-utilizacao-do-nome-social-propositos-e-desafios>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

REIDEL, Marina. **A Pedagogia do Salto Alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira.** 2013. 162 f. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/98604/000922589.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 16 dez. 2019.

ROHDEN, Fabíola. Gênero, Sexualidade e Raça/Etnia: desafios transversais na formação do Professor. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, v. 39, n. 136, jan-abr, 2009, p. 157-174. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/download/278/289>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

RONDAS, Lincoln de Oliveira; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais.** São João Del-Rei, MG, v. 10, 2015, p 194-207. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/Rondas%2C%20Machado/992#>. Acesso em: 25 out. 2020.

SCOTE, Fausto Delphino; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior. **Perspectiva.** Florianópolis, v. 38, n. 2, abr-jun, 2020, p. 01-25. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e65334/pdf>>. Acesso em: 15 set. 2020.

SEFFNER, Fernando. Formação docente nos temas de gênero, sexualidade e culturas juvenis: conhecimentos, práticas e disposições sociais. In: SILVA, Fabiane Ferreira da; FREITAS, Diana Paula Salomão de (Orgs.). **II Seminário Corpos, Gêneros, Sexualidades e Relações Étnico-raciais na Educação.** Universidade Federal do Pampa. Uruguaiana, RS, 2012, p 72-85. Disponível em: <<http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/3405/1/Corpos-2012.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

SILVA, Daniel Vieira. Caminhos possíveis para produção de práticas pedagógicas no enfrentamento das violências de gênero e sexualidade. **Periferia.** Duque de Caxias, RJ, v. 11, n. 2, maio-ago, 2019. p. 424-441. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/36363/29643>>. Acesso em: 06 set. 2020.

SILVA JUNIOR, Jonas Alves da. Direitos à meia luz: regulamentação do uso do nome social de estudantes travestis e transexuais nas instituições escolares. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v. 25, n. 45, jan-abr, 2016, p. 173-189. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/2293>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

VASCONCELOS, Fábio Roberto da Silva. Evasão escolar de alunas travestis e transexuais. **VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade, III Luso-brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade: resistências e ocupações nos espaços da educação**. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, RS, 2018, p. 01-08. Disponível em: <<https://seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/images/arquivo/250.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2020.

Sobre o autor e as autoras:

Emilson Braga Santana

Acadêmico do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Uruguaiana. E-mail: santana.emilson@gmail.com.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4255-8195>

Aline Teresinha Walczak

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciência Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Uruguaiana. Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas, pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).
E-mail: alinewalczak@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4240-0769>

Fabiane Ferreira da Silva

Docente do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciência Química da Vida e Saúde, na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Uruguaiana. Doutora e Mestra em Educação em Ciências, Licenciada em Química. E-mail: fabianesilva@unipampa.edu.br.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0608-4490>

Recebido em: 05/02/2021

Aceito para publicação em: 27/03/2021